

**FRONTEIRAS DOS SERTÕES EM NARRATIVA:  
ÍNDIOS, CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E POLÍTICA POMBALINA**

SUELY MARIS SALDANHA.

A interiorização dos territórios se transformou num dos paradigmas da história colonial no século XVIII quando é indissociável do extrativismo aurífero, entretanto, a conquista e interiorização do território remetem aos anseios colonizadores desde o século XVI. Nesse sentido, abordar os diversos momentos e mecanismos estabelecidos pela organização colonial na concretização da expansão dos domínios dos espaços geográficos é deparar-se com os processos que eliminaram o controle e a ocupação de vastas áreas da alçada das diferentes etnias indígenas disseminadas pelo interior da América Portuguesa. Essa inversão de domínio geopolítico é campo fértil para o ofício dos pesquisadores que decidem focar a participação dos povos indígenas na formação de outras realidades – elo de perdas e ganhos – que fazem parte da construção do Brasil.

A historiografia mais recente tem abordado não só o extermínio e a resistência indígena no processo de conquista e interiorização – seus levantes, suas alianças, a construção de sua lógica e poder na inserção e utilização do sistema colonial – aproxima-se de uma história cultural com questões de mestiçagem, religiosidade, morte. Traça diálogos com a antropologia e discute em “identidade cultural” os seus constantes processos de reelaboração frente aos diferentes desafios entre etnias, assim como, em suas relações coloniais. A discussão dá fundamentação e apimenta a problemática política da posse de terras e da noção de territorialidade, questões presentes desde o processo de conquista e carregada de interesse na atualidade – deparamo-nos com índios misturados e ressurgidos.

O espaço e o tempo sobre o qual nos debruçamos - o Sertão do nordeste na segunda metade do século XVIII, em especial, a Capitania Duarte na década de cinquenta e sessenta foi o nosso foco. O nosso recorte rompe com uma temporalidade mais usual, pelo menos no que tange a abordagem da interiorização e resistência indígena colonial - esta historiograficamente mais sintonizada com o século XVII e início do XVIII - por outro lado, as fontes consultadas permitiam uma visibilidade e pluralidade dos atores envolvidos, as tramas e as implicações em seu envolvimento, um período dinâmico, que vai permitindo entrever a diferente racionalidade e interesses dos seus atores, descortina

inicialmente um contexto político-social- econômico, aponta hierarquias e funções, militariza e (des) humaniza seus agentes, remete a uma materialidade histórica contida em rios e serras, aponta desdobramentos, provoca comparações, o que na historiografia atual possibilita a ampliação do leque de observações e abordagens. Por isso o nosso olhar sobre as fontes disponíveis nos favoreceu a compreensão de ser enriquecedor e esclarecedor adotar a narrativa como estratégia, intercalada com algumas observações sobre o contexto. Assim...

No ano de 1759 chegavam informações sobre os povos indígenas do agreste-sertão ao governo da Capitania de Pernambuco. Sobre o que se propagava - em vinte e cinco de outubro do mesmo ano foi enviado ao Governador e Capitão General a Capitania o “Ilmo e Exmo Snr. Luís Diogo Lobo da Silva” - um relato sobre o procedimento e desfecho da bandeira efetivada sob a responsabilidade do Comandante do Ararobá e que contou com a participação dos índios Xucurús e do seu Capitão Mor. Tratava-se do resultado da devassa que o dito governador mandou proceder aos índios Paraquiós e Pipães, afinal, o governo colonial precisava melhor esclarecer o assalto que tais povos fizeram pela ribeira do Moxotó à fazenda Cuncalaco, provocando algumas mortes. Sobre isso, relatava-se que em decorrência do assalto os indícios apontavam para cinco mortes, porém só foram achados dois mortos, dois feridos e sabia-se que um deles ainda não estava fora de perigo. Quanto aos índios delinquentes, comunicava-se que os Pipães não foram contactados, visto que, já se tinham deslocado para onde “moravam”. Por outro lado, os Paraquiós se apresentaram e respaldados pela promessa de serem perdoados, confessaram tudo. Entretanto, por causa de algumas divergências de opiniões entre a tropa oficial, o desfecho contou menos com o princípio de perdão e configurou-se em uma estratégia que, segundo o Comandante, vislumbrava a prisão pacífica dos índios “em nome de El Rey”, posto que, já eram confessos. Dessa forma, montou-se pelas estruturas coloniais, um cerco surpresa aos índios, no momento em que estes se apresentaram desarmados, após terem sido convocados para uma simples revista. Diferentemente do esperado, de maneira um tanto quanto questionável, a estratégia esbarrou na resistência e reação dos índios, os Paraquiós “romperam o cerco dobrado” em fuga, dispostos a pegar em armas que pareciam “leoens”. Seus excessos provocaram reações coloniais à bala – descambou para a morte de 25 índios e outros 17 foram presos. Não ocorreram baixas nas tropas oficiais. Após o confronto a bandeira voltou, mas, na correspondência o Comandante do Ararobá ressaltava que os índios

Pipães estavam assolando toda a ribeira do Moxotó e Pajeú, enquanto os Paraquiós já não obedeciam a mais ninguém e estavam matando os gados e mais criações, impondo o medo. A tal ponto que, apavorados com esses índios e temendo a morte, muitos moradores e vaqueiros estava se mudando. Despovoava-se a ribeira do Moxotó e Campos do Buíque e impunha-se a urgência de se dar continuidade às represálias, posto que, sem tal providência, não ficaria pessoa viva por lá! Os presos seguiriam para a praça do Recife com o Capitão-Mor dos Xucurus, mas o Comandante do Ararobá alertava ao governador que não os deixassem retornar, pois era certo, tentariam vingar a morte dos parentes.<sup>1</sup>

Nos meses subseqüentes, por Olinda e Recife, tomavam-se medidas para tentar solucionar a insegurança que grassava nos sertões pernambucanos. Por mais de uma vez, reuniram-se o Governador e Capitão General da Capitania, o Bispo da Diocese de Olinda e o Ouvidor geral de Pernambuco – para tratar sobre os acontecimentos do interior. Com esse intuito, recolhiam-se informações sobre as missões do sertão pernambucano, chegavam dados como, o número de casais e de nações de índios das missões em terra firme de Araripe e do Brejo do Gama do Pajeú, assim como, as missões das ilhas do São Francisco – a do Pontal, dos Coripoz, do Inhanhy, Arapuá, do Cavallo, Aracapá, de Pambú, da Varge, de Axará e a de Sorobabé. Sobre elas, dizia-se que não excediam ao número de vinte e seis ou trinta casais, com exceção das de Pambú e de Araripe que tinham por volta de cem casais. Algumas dessas missões eram compostas por índios das mesmas nações e outras formadas por índios de diversas nações. Mas em meio aos informes relativos aos aldeamentos, frisava-se a existência de uma nação de “Sivestre”. Fazia-se menção aos índios Umãs, que à época, não apresentavam, ainda, nenhuma forma de sedentarismo e viviam andando por todo o ano, sem rancho, sem aldeia, alimentando-se das frutas agrestes e da caça, como tal – dos gados dos moradores.<sup>2</sup>

As implicações desses informes se refletiam nas novas instruções que iam sendo apresentadas pela administração e que gerava outra perspectiva para os povos indígenas, tanto para os missionados quanto aos que estavam por cair nas artimanhas da redução. Portanto, estabelecia-se que para as missões “se fazia preciso em execução das ordens

---

<sup>1</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 25/10/1759. pp. 8-10

<sup>2</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 21/12/1759 pp. 75-77; Doc. 26/12/1759 pp 77-79

novamente expedidas, para este continente reduzi-las a menor juntando todos os índios de uma mesma nação naquelas aldeãs que se acharem mais convenientes (...) praticando o mesmo a respeito das mais referidas e conciliando na união dellas aquelas nações em que se reconhece mayor antypathia ou opozição a viverem em boa harmonia (...) por deste modo se adiantar a civilidade dos mesmos (...).<sup>3</sup>

Sobre isso, interpomos aqui algumas observações, para nós cabíveis. As medidas adotadas iam corporificando as intenções da nova legislação indigenista que, em vigor desde 18\05\1758, estabelecia um número mínimo de 150 moradores para as povoações de índios. Dessa maneira, a lei impunha a eliminação ou transformação das povoações menores, através da incorporação de uma às outras, e por outro lado, estimulava novas reduções de povos indígenas<sup>4</sup>. A lei trazia muitas implicações para a realidade do sertão. Nos aldeamentos existentes haveria uma diminuição no número de missionários, das terras que as legislações garantiam aos aldeados e aliados haveria uma concentração e com as reduções empreendidas se liberariam mais terras dos domínios indígenas. Com o desencadeamento de uma nova política impulsionada pela Direção, aguçavam-se os interesses coloniais sobre uma região que há muito vinha experimentando conflitos entre uma nova população que migrava – com vistas a se fixar – e outra originária que, por essa época tornou-se alvo de detidos “olhares” dos representantes metropolitanos. Mas...

As notícias sobre o sertão e a forma como eram elaboradas, favoreciam a articulação de estratégias para o implemento das novas diretrizes, para as quais, foi encarregado o Sargento-mor e Comandante da Artilharia da praça do Recife e Olinda Jerônimo Mendes da Paz – oficial capaz para submeter às nações em curso. Este rumou para o interior com o fim de reduzi-las, organizando, municinando e acompanhando o desenvolvimento das bandeiras. Portanto, já em fevereiro de 1760 se tem notícias do oficial pela freguesia do Ararobá, através de cartas que ele foi emitindo de localidades como Pedra do Puxinanna e Povoação do Monte Alegre, região por onde perdurou até o mês de Abril.<sup>5</sup> Tempo, em que, o sargento ainda articulava e requisitava em diferentes

---

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares – erectos nas ladeiras da Capitania de Pernambuco e suas anexas. Inciso 81. P. 157. In: RIHGB, XLVI. Pp. 121/171, 1883.

<sup>5</sup> AHU. Cd 1919. Doc. de 19/02/1760. Pp. 96; Doc. de 19/02/1760 pp 100-100v; Doc. 28/03/1760. Pp 101-101v.

áreas – a Comarca das Alagoas, os sertões de Pernambuco e da capitania anexa da Paraíba, até mesmo da Bahia área de outro governo – a colaboração de pessoas competentes, tanto para selecionar os que devidamente pudessem dirigir as bandeiras assim como, recrutar o número possível de pessoas para incorporá-las.

Ao que parece, nessa fase inicial de organização das bandeiras, algumas das intenções do Sargento-Mor Jerônimo Mendes havia se difundido e chegado ao conhecimento de muitos, até mesmo, aos ouvidos dos próprios índios arranchados pela região. Pelo menos é o que sugere o fato de os índios Paraquióis que estavam nos “poções” do Rio dos Cabaços, por esse período terem enviado ao padre Francisco de Amorim um pedido para serem acolhidos à sua missão. O missionário recorreu a Jerônimo Mendes da Paz – no mês de Abril – dando conhecimento do fato. E, com o fim de oferecer o “pasto espiritual” aos índios, oportunizando-os uma “convivência tranquila” fez o pedido de autorização, aliás, intenção que o padre Francisco de Amorim já havia manifestado aos seus superiores religiosos no final do ano de 1759, após o assalto da fazenda Cuncalaco, de quem teria tido posição favorável. No período de abril de 1760 a resposta do Sargento Mor foi enviada em poucos dias, porém, com entendimento divergente - o pedido foi negado por contrariar as disposições anteriormente recebidas pelo oficial, pelo menos, até que do Governo da Capitania partissem ordens dispendo de novas orientações. Das cartas cordiais que circulavam entre o Sargento Mor da Artilharia e o missionário, pode-se supor que propiciou um dissimulado bem estar. Apesar do impasse, o oficial, bem informado sobre o paradeiro dos Paraquióis, prosseguiu em suas determinações.<sup>6</sup>

Em maio, Mendes da Paz, despediu-se de Ararobá. Transladou-se das terras ao norte para terras mais ao Sul de Pernambuco e acomodou-se pelas ribeiras do Moxotó, por onde situava o alojamento de Cuncalaco. Nesse período iam se concretizando seus objetivos e, em 28/05/1760, despediu uma bandeira segundo ordem emitida ao Sr. Capitão Cláudio José de Pontes aos mais oficiais da bandeira da freguesia de Santo Antônio de Garanhuns e Ararobá. A este grupo, agregou-se o contingente que se formou aos auspícios do Mestre de Campo Pedro de Almeida – cabo dos índios da nação dos Carnijós da missão do Panema ou do Comunaty. Partiram pelo brejo do Manary e

---

<sup>6</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. 19/04/1760. Pp. 115-115v; Doc. 25/04/1760 pp. 115v; Doc. S/d. p. 116; Doc. 29/12/1760. P. 115. Doc. 02/07/1760 pp 113v-114.

Cumbe para a parte do rio dos Cabaços em direção a fazenda Cachoeira, mas, pelo caminho destinavam-se a encontrar o morador da freguesia de Nossa Senhora do Ó da vila de Penedo, Caetano Ferreira, designado cabo da diligência que se compôs naquela região. Seja como for, Cláudio José de Pontes, Pedro de Almeida e Caetano Ferreira tinham como objetivo alcançar os Paraquiós, índios que estavam em processo de aldeamento há mais de quarenta anos e que, por aquela época já tinham fugido da missão do Panema e da Serra de Ararobá: A missão de Monte Alegre e a do Macaco. Sobre isso, estava claro, Jerônimo da Paz visava dar continuidade às investidas iniciadas em outubro do ano anterior pelo Comandante do Ararobá, seguindo os rastros dos índios que migraram pelas redondezas e que tinham chegado a Comarca das Alagoas pela freguesia de Nossa Senhora do Ó. Mas que, conforme outras informações propagadas na época tinham a pretensão de ao atravessar o rio São Francisco, alcançar as áreas da missão de São Pedro pelas terras da Bahia. Em 05\06\1760, os Paraquiós foram encontrados na fazenda Cachoeira, “sem que visse destroço algum”, “tudo se fez em paz, sem mortes algumas” e escoltados pelas bandeira, cumprindo as ordens de Mendes da Paz, seguiram para a cadeia da Vila de Penedo no dia que se seguiu. No dia quinze do mesmo mês o Capitão-Mor da Vila de Penedo, Francisco de Souza Caldas, recebeu os índios levados pela bandeira, em número entre 160 a 174 índios – “homens e mulheres, rapazes, raparigas, pupilos de peito machos e fêmeas” – os quais, deveriam ser encaminhados ao Capitão General da Capitania.<sup>7</sup>

Aqui, nesse momento, percebemos que as posturas dos Paraquiós iam descortinando algumas formas de resistências que demonstram as estratégias por eles empregadas na defesa de suas vidas e organizações culturais. Num percurso de aldeamentos e fugas empreendidos ao espaço de quarenta anos, ia-se desfazendo uma visão de unidade na convivência missionária e afirmando o empenho da defesa da preservação de valores e comportamentos que refletiam a sua identidade cultural. Ao passo que, deixavam entrever suas percepções sobre cada situação histórica em que se envolviam, agindo conforme a correlação de forças que eram geradas. Não são visualizados os motivos que os levaram a se aldear nas três missões se por convencimento ou vencidos pela força. Entretanto, recorrer ao padre Francisco Amorim ou vislumbrar o alcance da missão de São Pedro na Bahia, era fruto da situação em que se encontravam nos anos de 1759 e

---

<sup>7</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 26/05/1760. Pp. 101v-102; Doc. de 26/05/1760 pp. 102-102v; Doc. de 05/06/1760 pp. 109v; Doc. de 15/06/1760 pp. 114v – 115; Doc. 18/06/1760.

1760. Refletindo, nessa situação a percepção de preservação que tinham das missões, em relação a outro poder que, quando não os caracterizavam como “índios de paz”, não se furtava em sua capacidade destrutiva e punitiva. Assim, é que após a tentativa fracassada de barganhar o perdão, enveredaram pela possibilidade de se realdearem. E não foi por acaso que, antes de serem apreendidos, tinham como intenção chegar a Bahia, onde não estariam mais submetidos ao mesmo governo. A postura dos Paraquióis que não confrontaram deliberadamente quando estiveram pela fazenda Cachoeira implicava, muito mais, numa forma preservacionista de resistência, do que, qualquer tipo de convencimento dos valores coloniais.

Mas, Mendes da Paz continuava e seus objetivos estavam longe de terem sido concluídos. Após a saída do Capitão Cláudio Pontes e demais responsáveis, ele dá continuidade a algumas medidas e deu início a outras. No dia 30\06\1760, o oficial responsável despachou a bandeira do Capitão Cosme Roiz que entrava acrescida da força militar dos índios Xucurus da povoação de monte alegre. A bandeira principiou por Cuncalaco, “pela ribeira do Moxotó indo correr a campanha entre as ribeiras do Cupity e dos Campinhos de Papagaio”, trilhando no sentido leste-oeste proximidades do São Francisco, percorrendo “matos e campos” que ficavam localizados entre as ribeiras do Moxotó e Pajeú. Entrou depois a do Capitão Francisco Gomes, entre oito e dez de junho, acompanhada dos índios do Curral dos Boys – que tinham a sua igreja na parte da Bahia e as roças na parte pernambucana. Foram percorrer inicialmente até perto do Cupity, correndo áreas entre o Pajeú e o Moxotó no sentido contrário da bandeira do Capitão Cosme Roiz, portanto, previa-se que se cruzariam fazendo uma varredura na região<sup>8</sup>.

Após terem concluído a primeira parte do trajeto, as duas bandeiras estavam designadas para a Serra Negra, quando então, trilhavam pro seu destino nas áreas da ribeira do Pajeú. Motivo que levou o oficial a migrar de Cuncalaco, “pela estrada do Cupity”, para o alojamento das Flores na ribeira do Pajeú, lado norte da Capitania, aonde chegou em 11\06\1760. Estava, assim, estrategicamente posicionado. Entretanto, se as primeiras investidas partiam de estruturas dispersas pelo agreste-sertão nas terras ao leste do Pajeú, tornava-se necessário viabilizar as investidas que partissem da margem oeste e

---

<sup>8</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. 27/05/1760. P. 108; Doc. de 27/05/1760. Pp. 105/105v; Doc. de 30/05/1760. Pp. 102/103; Doc. de 30/05/1760. P. 103v.

das terras ao norte do rio, já que, a própria ribeira do Pajeú e a de Piancó, na Capitania anexa da Paraíba ao norte, estavam “pilhadas” de índios, principalmente de Mangueses.<sup>9</sup>

Por volta de 12\06\1760 saiu da Paraíba a bandeira “do partido do Piancó”, ao que parece composta de índios Coremas e acrescida dos Pegas da região de Piranhas. Seu trajeto rumou para o norte e percorreu “todo o sertão, desde o Patú até as vizinhanças do Assú” até ter retornado mudando a direção no sentido sul e rumado para as ribeiras do Pajeú que, “pelas costas e cabeceira” foi transpassado por expedições. Do Oeste do Pajeú outras bandeiras foram programadas para partirem das Flores ou deslocar-se de terras mais interiorizadas nas áreas de Cabrobó. Do que se sabe, em 19\06\1760 entrou a bandeira das Flores pela vizinhança do alojamento em que se encontrava Mendes da Paz, buscando o “Riacham e o Riacho do Capim Groço o poço do Pipipão até o Riacho do Navio, onde elles se costumao a ranchar (...) examinando todo o terreno, e paiz, que há entre as ribeiras do Moxotó e Pajeú, estrada do Cupity e rio de Sam Francisco”, enquanto, a do Cabrobó atrasou.<sup>10</sup>

Por esse tempo, numa visualização geográfica das bandeiras planejadas por Jerônimo Mendes – que traçam caminhos de leste a oeste, de norte a sul e vice-versa – tornava-se possível perceber a principal estratégia por ele estabelecida visava criar um cerco que encurralasse os índios em um ponto nevrálgico – as áreas da Serra Negra. Mas para o “sucesso” dos planos do obstinado oficial, teria ele que contar com a colaboração e o desempenho favorável de demais oficiais, moradores e tropas de índios missionados. Uma questão que além da correlação de forças, também dependia da organização e do bom funcionamento da estrutura colonial que estava sendo montada. O fato é que, o cerco foi principalmente interrompido pela bandeira de Cabrobó que deveria ter saído próximo ao dia em que saiu a de Piancó, para que chegassem mais ou menos ao mesmo tempo pelas ribeiras do Pajeú, porém, por extremidades opostas – a primeira ao norte e a segunda ao sul. Pelo sim ou pelo não, em 21\06\1760, Mendes da Paz já sabia da existência de uns índios do mato que tinham migrado para a Serra do Arapuá em função das facilidades que a ausência da bandeira do Cabrobó provocou.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 27/05/1760. P. 104-104v; Doc. de 27/05/1760. Pp. 96v-97.

<sup>10</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 12/06/1760. P. 112; Doc. de 19/06/1760. Pp. 108-108v.

<sup>11</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 21/06/1760 p. 99v. Doc. de 27/06/1760. P. 105 e pp. 107-107v.

A interrupção ao cerco traçado para a Serra Negra ia dando sinais da habilidade indígena em situações de perseguição. Afinal não se pode desconsiderar a experiência desses povos com conflitos ou esquecer a familiaridade que os índios de corso possuíam com a região. A resistência não estava apenas no confronto, por isso, em início de Julho, o Sargento-Mor Jerônimo da Paz recorria a novas bandeiras compostas com índios das missões da Capitania da Paraíba, porque apesar de já terem aprisionado com alguma resistência alguns índios Mangueses, o oficial ia afirmando que por onde a bandeira do Piancó havia passado “se nam tem achado os índios dos Xocós Ogues Pipipans e algumas malocas de Mangueses”. Porém, as notícias eram de que estavam buscando outros lugares, alcançando às cabeceiras do rio Piancó e a Serra de Ararípe, nas divisas da Capitania do Ceará Grande. Nessa empreitada, o oficial ia requisitando a colaboração dos Panatys e dos “pressionados ou quase obrigados” Icozinhos para repassarem antigos trajetos e percorrerem outros na Serra do Ararípe, nas divisas de Pernambuco e Ceará. De outra forma, o oficial estava preocupado com os índios que se encontravam a leste do Pajeú, recebia contínuas informações sobre os “bárbaros” que andavam pela ribeira do Cupity e nas suas vizinhanças, motivo pelo qual, Jerônimo Mendes pediu a Francisco Gomes que insistisse em continuar a correr a mesma campanha e tratava de reforçar as antigas bandeiras, das Flores e do Capitão Cosme Roiz. Para a primeira, incorporavam-se alguns índios do “partido do Piancó” que estavam fora da bandeira, chegavam “do refresco” e a segunda, com índios das missões do São Francisco.<sup>12</sup>

A participação dos índios do São Francisco era precípua na composição das expedições. Já em algumas bandeiras programadas a Serra Negra era requisitada a colaboração do Mestre de Campo e governador dos Índios Leandro da Silva no recrutamento desses povos. Porém, a presença efetiva do Governador dos Índios com a sua tropa, destinou-se ao cerco montado, a partir do final de Junho, a Serra do Arapuá. Entretanto, ao enviar uma carta para o Comandante e mais oficiais da bandeira do Cabrobó era o próprio Jerônimo Mendes da Paz quem sinalizava a importância fundamental da aliança e participação dos índios aldeados no sucesso das bandeiras. “Da Paz” após argumentar que se os índios de corso não quisessem atendê-lo, ameaçou: “os mandarey tratar com o rigor com que se lhes tratam os rebeldes e desobedientes p’ o que já tenho promptas muytas bandeyras bem providas de boas armas de fogo de muyta pólvora, e chumbo com muyta gente em cada huma das mais

---

<sup>12</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 18/06/1760 p 110; 02/07/1760. Pp. 114-114v; Doc. de 04/07/1760 pp. 110v-111; Doc. p. 115; Doc. de 06/07/1760.

vallente como Xucuruz, Carnijós, Porcaz, Brancararuz, Pega, Icó, Panaty, Kaririz, Coripos, Inxu e Tamaquius os quaes todos vem nas bandeyras, e que se eu os não tivesse tido mão, já terião acabado a todos que achassem”.<sup>13</sup>

As bandeiras que atuaram no cerco do Arapuá compreenderam áreas que se estendiam da margem oeste do Pajeú e cobriam à Terra Nova, limitando-se ao norte, pelas imediações da missão dos “Enxus” ou da Serra de Araripe, e ao sul, pelo Rio São Francisco. Nessas áreas, nas proximidades do Sítio Corrente do Ramalho, foram reduzidos sem oferecer resistência, mais de cem índios “silvestres” Umãs, motivo muito comemorado entre a tropa oficial e demais autoridade da região. Decorrido pouco tempo desse feito, era emitida a missão do Pambú uma carta que vinha dimensionar a rigidez da perspectiva colonial e fazia a determinação para que, entre os Umãs “mande castigar asperamente” aquele que “frexou hua res” de sua própria missão. Do cerco da Serra Negra veio outra notícia que apresentava o pouco espaço de negociação dos índios com o representante do governo colonial. Mendes da Paz avisava ao Comandante da bandeira das Flores que se os índios encurralados – provavelmente os pipães – fossem para a missão do Brejo do Pajeú, que o comandante cercasse a missão para prendê-los, se por acaso eles se refugiassem na igreja, que os tirassem de lá, sinalizando com a possibilidade de usar a força, para remetê-los ao governador e ao bispo, os quais decidiriam se teriam ou não “imunidade”.<sup>14</sup>

Mesmo assim, depois de concluído o movimento das bandeiras e com a resistência apresentada por alguns grupos reduzidos, outras formas de resistências continuavam. Dessa maneira, além da conhecida aversão existente entre algumas nações indígenas, avisava-se que, alguns índios das missões do São Francisco escaparam para a parte da Bahia, insuflados por seus próprios padres, causadores de tantas objeções. A informação faz relação com a perda de poder pelos padres e com a presença do Diretor nas povoações e vilas. Sob os auspícios deste, segundo a Direção, ficavam “as coisas do mundo” e da vida material, restringindo ao missionário às questões puramente espirituais.. O que provavelmente melhor esclareça o fato do Missionário Francisco de Amorim ter sido preterido em suas intenções de realdear os Paraquióis, como forma de

---

<sup>13</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 27/05/1760. Pp. 105-105; Doc. de 27/06/1760. P. 105v e pp. 107-107v.

<sup>14</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. 27/06/1760. Pp. 107-107v; Doc. de 06/07/1760; Doc. de 07/07/1760 pp. 150-150v; Doc. de 20/07/1760. Pp. 155-155v; Doc. de 27/08/1760 pp. 168-168v; Doc. p. 169v.

não fortalecer a autonomia do padre na gerência e ingerência dos índios aldeados, visto que naquela situação o simbolismo de proteção representado na pessoa do padre era elemento para o estreitamento dos laços e interesses políticos, enquanto de outra forma, a nova política contrapunha-se em muitos aspectos aos métodos até então utilizados pelos missionários. A influência destes poderia dar-se favoravelmente ou contrariar os novos intentos, principalmente entre aqueles índios que tendiam a resistir às práticas coloniais.

Sobre a questão, indo mais além, não parece descabido fazer uma reflexão sobre outra possível relação entre a negativa de realdeamento dos Paraquiós na missão em que atuava o Pe. Francisco de Amorim e a rápida designação feita por Jerônimo da Paz, em 3/7/1760 – ainda no momento áureo das estratégias e movimento das bandeiras em que estava envolvido – do Capitão João Rabelo da Costa como Diretor da até então missão do Comunaty, que na mesma data passava a se denominar “Povoação de N. Sr<sup>a</sup> da Conceição de Agoas Bellas”. De qualquer forma, a participação dos índios Carijós da missão do Comunaty ou Povoação de Águas Belas tinha sido exemplar e Pedro de Almeida – Mestre de Campo e cabo dos índios Carnijós – elogiado por seu desempenho e participação nas bandeiras. O que realmente parece ter fugido as expectativas oficiais, está sintetizado, no desfecho da atuação do Diretor: O Capitão João Rabelo da Costa foi assassinado.<sup>15</sup>

No entanto, os índios Paraqueiós foram utilizados para atender aos objetivos da administração. Estes, acrescidos da redução de “doze malocas de índios de corso” foram aldeados nas ilhas do São Francisco no Sertão da Capitania. Região onde foram reorganizados os aldeamentos, transformando algumas das antigas missões em duas povoações, uma na ilha de Assumpção e a outra na ilha de Irapuá ou Arapuá. Mais tarde, elevadas e denominadas respectivamente de vila de N. Sra. Da Assumpção, com índios Cariris, Ohés, Xocós, Paraquiós e Pipães, e vila de Santa Maria, com Cariris, Tamaquius, Coripós, Paraquiós e Umãs. De acordo com as informações propagadas antes do desenvolvimento das reduções, entre essas nações visualizadas nas novas vilas, apenas as de Cariris, Tamaquius e Coripós eram missionadas. Do que se sabe, os Paraquiós já tinham sido reduzidos três vezes sem se fixarem nos aldeamentos, quanto

---

<sup>15</sup> AHU. Cd. 1919. Docs. De 03/03/1760. Pp. 117: BNI 1235. Doc. de 08/1761 e Doc. de 30/11/1761.

aos Pipães, sabe-se que já andavam em processo de aldeamento na missão do Brejo da Gama do Pajeú, porém, não estavam de todo submetidos.<sup>16</sup>

A visualização do processo de congregação dos índios no século XVIII permite que se reporte às reflexões sobre a “identidade cultural”, que muito tem respaldado a compreensão de vários dos povos indígenas da atualidade, entre os quais, incluem-se os do Nordeste. Visto que, desde o período colonial passavam por constantes processos de reelaboração cultural, a partir, da agregação de diferentes etnias e das formas de inserção nas relações coloniais.<sup>17</sup>

Entretanto, essas transformações de missões em vilas foram adotadas em uma extensão que englobava a Capitania de Pernambuco e suas anexas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O que vem evidenciar que o assalto indígena a fazenda Cuncalaco forjou o contexto local para desencadear uma política metropolitana mais abrangente que, além das visualizadas intervenções feitas à realidade indígena, “tentava” viabilizar uma legislação largamente intervencionista no plano social: impondo a utilização da língua portuguesa, estabelecendo o uso de nomes de origem européia ao proibir a utilização de outros quaisquer que não fossem os adquiridos no batismo, impedindo as moradias comunitárias, proibindo a nudez e estimulando casamentos com brancos.<sup>18</sup> Esses aspectos remetem ao objetivo ideológico que favoreceu a legislação do Diretório Pombalino, o de “civilizar” e integrar o índio numa sociedade mais ampla. Só mesmo o tempo é que pôde revelar o lado mais perverso dessa e de outras leis direcionadas aos índios, inseri-los em um processo de invisibilidade, transformá-los em uma população pobre, quando não, completamente despossuída.

Em outra perspectiva, a fundação de vilas que iam alcançando áreas de interiorização e criação, vislumbrava a ampliação das estruturas político-administrativas da colônia que em última instância “deveria” refletir o fortalecimento dos laços entre os grupos locais e a metrópole. A ampliação de estruturas administrativas coloniais pelo interior possibilita

---

<sup>16</sup> AHU. Cd. 1919. Doc. de 21/12/1759 pp. 75-77; BN I 1235. Doc. de 27/05/1761; Mapa de 1759 a 1763.

<sup>17</sup> Sobre o tema ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de – Os índios Aldeados: história e identidades em construção. In: Tempo, revista da UFF. Departamento de História. N. 12; e OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”, situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Revista Mana. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, vol.4.

<sup>18</sup> Direção. Incisos 7, 12, 13, 19, 92, 93.

relacionar a política indigenista pombalina à visão eminentemente estratégica e geopolítica que permeou a metrópole nos anos setecentos. Visto que, para a delimitação das fronteiras da colônia, a metrópole procurava estabelecer o controle de espaços geográficos ampliados, garantindo-os pelas suas interligações. Numa análise mais circunscrita a observação regional do aspecto geopolítico, as vilas facilitavam a ampliação do domínio territorial em áreas próximas e circunvizinhas, portanto, garantindo e ampliando territórios por continuidade e não só, facilitando as interligações entre áreas distantes. O interesse metropolitano nas fronteiras externas fomentou e aliou-se aos interesses coloniais de ampliar as fronteiras internas com a varredura dos territórios indígenas. Ao ser revelado o movimento dos povos que viviam em curso no sertão pernambucano, percebe-se que a relação que eles estabeleciam com o espaço geográfico era bem mais ampla do que se podia imaginar, extrapolando as divisas coloniais internas, demonstrando uma noção de territorialidade contrária à noção colonial.

Faltando aproximadamente 60 anos para a deflagração do processo de independência, quase às vésperas da crise que o desencadearia, os acontecimentos descreviam tensões diversas no Sertão pernambucano, onde os povos indígenas estavam no eixo das controvérsias e interesses coloniais, elucidando a existência de alguns “Sertões”, enquanto áreas de indefinições de domínio geopolítico entre as várias categorias coloniais. Revelando, diferente do que habitualmente se imagina, que os índios não tinham se submetido completamente e que a conquista do território em Pernambuco se estendeu por muito mais tempo, extrapolando a segunda metade do século XVII e início do XVIII nas guerras de conquistas do interior. Posto que, a pluralização das bandeiras e suas visualizações desvelavam a dimensão do espaço geográfico alcançado pelo empreendimento efetuado pelo Sargento Mor da Artilharia – desde fins do Agreste ou “Portal do Sertão” até áreas mais próximas das divisas a oeste do atual Estado – o que representa a sua maior extensão. Prolongando assim, a participação indígena na história que se relaciona à apropriação territorial disseminada pelas organizações coloniais, evidenciando no processo de expropriação de terras, a realidade paradoxal que envolvia as populações indígenas nas suas estratégias de resistências. Enquanto algumas nações ainda sustentavam uma aversão ao modo de viver colonial, outras se inseriam e compactuavam na defesa dos interesses coloniais, barganhando a sua forma de

preservação, impedindo seu extermínio e defendendo a garantia de um território através da legislação designada aos povos aliados.

#### REFERÊNCIAS:

ABREU, Capistrano de. 1853-1927. Caminhos antigos e povoamento do Brasil, nota de José Honório Rodrigues. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1975. 156p.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste ao final do século XVIII: aspectos demográficos da “cultura de contato”. In: DINIZ, e. et AL. (orgs). São Paulo, Ciências Sociais Hoje. ANPOCS\Hucitec, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos índios um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1997.

CARVALHO, Marcus J. M. de “Pernambuco e Angola: Negros e índios em Pernambuco, Colônia e Império. In: Tempo dos Flamengos & Outros Tempos. Manuel Correia de Andarade, Eliane Moury Fernandes, Sandra Melo Cavalcanti (orgs). Recife: Ed. Massangana. 1999.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Jonh Manuel. Negros da Terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados” : situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Revista Mana. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, vol 4, n.I, abril de 1998.

Reis, José Carlos. As identidades do Brasil de Vannhagen a FHC. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SILVA, Edson. Notas Para Uma História Xucuru. Recife. 1998, DIG.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: Historiografia Brasileira em Perspectiva, Marcus C zar de Freitas (org.) – São Paulo. Contexto. 2005.

VAINFAS, Ronaldo. Os Protagonistas An nimos da História: micro-história. Rio de Janeiro. Campus 2002.

\_\_\_\_\_ América em tempo de conquista\ texto de Ronaldo Vainfas (org.)  
Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., (Cole o Jubileu). 1992.

VARIA Hist ria\ Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. N 1, 1985. Belo Horizonte: Dept  de História da Fafich UFMG. 1985.

